

Energia limpa

MINC, Carlos. "Energia limpa". O Globo. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2016.

O maior programa mundial de substituição de combustível fóssil foi o Proálcool. Em 2009, foi aprovado o Zoneamento Econômico Ecológico da CanadeAçúcar, vedando áreas de cultivo de alimentos e matas nativas. Muitos erros cometidos, como o subsídio aos combustíveis fósseis — o diesel e a gasolina — levaram ao fechamento de usinas de álcool.

Além de inviabilizar as cidades, com a multiplicação de carros e motos, este subsídio fóssil prejudicou a Petrobras e torpedeou o Proálcool. Outras falhas atrasaram os programas de biodiesel a partir da mamona, do dendê e do óleo vegetal usado, que devem ser revisados e retomados.

A Carta dos Ventos foi assinada em Natal, em 2009, por ministros, governadores, acadêmicos e empresários: são dez medidas para alavancar a energia eólica no Brasil. As duas primeiras — retirar o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de torres, hélices, turbinas e garantir leilão anual exclusivo — foram concretizadas neste ano, sinalizando para a sociedade que a aposta seria continuada. A resposta foi como uma rajada: a cada leilão que se seguiu, foi comprado o dobro dos MW do leilão anterior. Com a ampliação da escala, os preços caíram. Em seis anos, a participação da energia eólica na matriz energética quintuplicou. Os nós a desatar são ligar os parques eólicos ao sistema nacional e produzir no país os componentes mais complexos.

A Carta do Sol foi assinada no Rio, em 2011, por secretários estaduais, pesquisadores, ministros, ecologistas. Entre 15 medidas, constam: zerar o ICMS para equipamentos e energia solar; garantir contadores de mão dupla — para medir a energia lançada à rede pelos geradores; estímulos para a geração e distribuição descentralizadas; utilização em estádios esportivos, postes de iluminação, condomínios. A Aneel aprovou os contadores de mão dupla, mas a evolução é lenta. Os custos elevados declinaram, mas entraves políticos e burocráticos emperram. O Brasil entrou tarde, com dificuldade de competir com empresas chinesas de equipamentos de quarta geração. Planos Nacionais de Energia não priorizam a solar, em contradição com a posição que o Brasil defendeu em Paris.

O Rio de Janeiro passou a ter, em 2015, lei que zera o ICMS para a energia solar gerada, estimula microgeradores, prioriza a energia solar em condomínios e equipamentos coletivos, a pesquisa e a implantação de empresas do setor. Empresas de distribuição ainda descumprem e lei e cobram indevidamente o ICMS.

O Brasil é a terra do sol, dos ventos, da biomassa, dos rios caudalosos. Passou da hora de cortarmos todos os subsídios para as energias e combustíveis fósseis. Olhe para o céu e veja a maior usina de produção de energia limpa, democrática e renovável.

Carlos Minc é deputado estadual (PTRJ)